

Diário de Cuiabá

Cidades

EDUCAÇÃO INDÍGENA/PLANO

MEC quer Estado como gestor, mas educadores preferem os municípios

Há divergências ainda quanto à carreira diferenciada para professores índios

ANSELMO CARVALHO PINTO
Da Reportagem

O texto do capítulo indígena do Plano Nacional de Educação (PNE) está pronto desde a última sexta-feira, com as controvérsias típicas de assuntos polêmicos.

Estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases, aprovada em dezembro do ano passado, o PNE deveria determinar as metas para todos os níveis de educação, entre eles o indígena, nos próximos dez anos.

A representante do Comitê Nacional de Educação Indígena do Ministério da Educação, Nietta Monte, veio a Cuiabá para falar sobre o assunto durante a Conferência Ameríndia de Educação Indígena e o Congresso de Professores Índios, realizados simultaneamente no Hotel Fazenda Mato Grosso.

Educadores mato-grossenses não estão contentes com três pontos do capítulo indígena do PNE. O primeiro deles diz respeito à estadualização da educação nas aldeias.

"São os municípios quem devem gerir a educação dos índios", disse ontem o professor e organizador da Ameríndia, Darci Secchi. "As aldeias têm poder político forte em muitos municípios e por isso podem conseguir mais qualidade nas salas de aula".

Para Nietta Monte, a estadualização viabiliza o ensino indígena porque o gerenciamento fica mais prático. "O país tem cerca de 500 municípios com comunidades indígenas em 23 estados", disse. "É mais fácil para o MEC lidar com os estados".

Outro capítulo polêmico para os educadores mato-grossenses é aquele que diz respeito à carreira diferenciada. Teme-se que os professores índios tenham salários próprios, menores é claro, e representatividade fraca.

Nietta informa que carreira diferenciada significa apenas grade curricular e carga horária específicas durante a formação do professor indígena. "Ele será um professor como outro qualquer no momento de receber seu salário", disse.

Mato Grosso teme, por último, o prazo de dez anos para a universalização — educação para todos índios — do ensino de 1ª a 4ª séries. "O tempo é muito longo", afirmou Secchi.

Para Nietta, houve apenas um problema de comunicação. "Dez anos é o prazo máximo para a universalização", disse. "Pode acontecer em menos tempo".

A conferência prevê para hoje às 8h, palestras com Gersen Baniwa e Darlene Taukane, a única indígena do país a ter curso de pós graduação.



Nietta Monte, do Comitê Nacional de Educação Indígena do Ministério da Educação

Escolas desrespeitavam língua indígena, diz Meliá

Da Reportagem

A escola foi a grande culpada pela degradação cultural e linguística do povo indígena, até o final da década de 70. A opinião é do professor Bartolomeu Meliá, membro titular da Comissão Nacional Bilingüe e Política Linguística do Paraguai.

Ele proferiu palestra ontem pela manhã na primeira Conferência Ameríndia de Educação Indígena e primeiro Congresso de Professores Índios do Brasil.

Para o professor Meliá, uma das maiores autoridades em assunto indígena da América Latina, três fatores dentro das escolas contribuíram para a degrada-

ção cultural e linguística: o desrespeito à língua, a homogeneização do currículo e a má formação dos professores.

"Até 20 anos atrás, achava-se normal se ensinar apenas a língua do país e esquecer a do povo indígena", disse Meliá. "Esse modelo está se revertendo, mesmo que tardiamente".

Em seguida, Meliá culpou os currículos nacionais empregados até então. "O índio não quer saber apenas quem descobriu o Brasil ou o nome do rio Teles Pires", afirmou. "Ele precisa saber da sua história e da sua geografia."

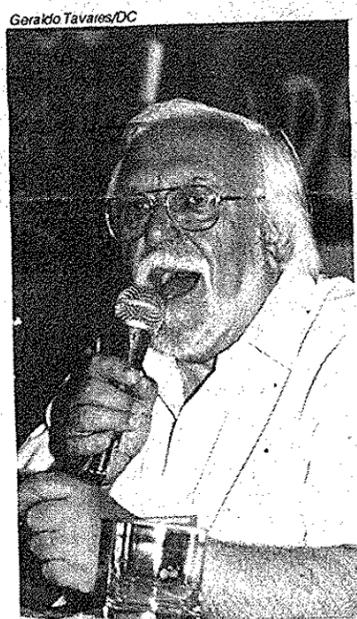
Por último, Meliá criticou os próprios professores. "Muitos deles, mesmos os índios, jamais

entenderam seu papel de educadores de seu povo e foram cooptados".

De acordo com Meliá, a resposta a esse modelo de degradação não poderia ter sido mais forte. "Nos últimos anos o quadro está mudando para melhor", afirmou. "A educação indígena tem sido favorável à preservação cultural e linguística".

"Fico muito contente quando vejo essa incrível quantidade de livros bilingües e materiais didáticos", afirmou.

De acordo com o professor, os melhores exemplos podem ser vistos entre os tapirapés, ticunas e guaranis.



Meliá quer educação bilingüe

(ACP)